

A ATUAÇÃO DO BISPO MARTINHO DE BRAGA NA ORGANIZAÇÃO DA IGREJA GALEGA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO VI)

Juliana Bardella Fiorot¹

Resumo: O período posterior a queda do Império Romano do Ocidente apresentou-se como um desafio para a Igreja Católica. Com as invasões bárbaras, somadas as mudanças geopolíticas de território e o paganismo arraigado principalmente entre as populações rurais, a Igreja perdeu grande parte do seu prestígio e se viu em uma encruzilhada: era necessário adaptar-se aos novos tempos ou sucumbir às recentes transformações. Desta forma, pretendemos abordar as relações entre Igreja, Religiosidade Popular e Monarquia Sueva na Galiza durante a segunda metade do século VI. A partir de uma revisão e análise da bibliografia específica que foi selecionada para este estudo, daremos uma atenção especial aos desafios enfrentados pela Igreja a fim de se adaptar a nova configuração espacial e política após a queda do Império, bem como as frentes de ação desenvolvidas por esta instituição eclesiástica visando a sua reorganização e consolidação, destacando a figura do bispo Martinho de Braga que foi extremamente atuante neste processo.

Palavras-chave: Martinho de Braga; Religiosidade Popular; Monarquia Sueva.

THE PERFORMANCE OF BISHOP MARTIN OF BRAGA IN THE ORGANIZATION OF THE GALICIA CHURCH (SECOND HALF - CENTURY VI)

Abstract: The period after the fall of the Western Roman Empire was presented as a challenge to the Catholic Church. With the barbarian invasions, together with the geopolitical changes of territory and entrenched paganism especially among rural populations, the Church lost much of its prestige and found itself at a crossroad: it was necessary to adapt to new times or succumb to the recent changes. Therefore we intend to address the relations among Church, Popular Religiosity and Suebian Monarchy in Galicia during the second half of the sixth century. Based on a review and analysis of research literature that was selected for this study, we will give special attention to the challenges faced by the Church in order to adapt to new spatial and political configuration after the fall of the Empire, as well as the fronts of action developed by this ecclesiastical institution seeking its

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (Religiões e Visões de Mundo) da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Câmpus de Assis) sob orientação do Prof. Dr. Ruy de Oliveira Andrade Filho. E-mail: julianabfiorot@gmail.com

reorganization and consolidation, highlighting the figure of bishop Martin of Braga that was extremely active in this process.

Keywords: Martin of Braga; Popular Religiosity; Suebian Monarchy.

Introdução

Após a queda do Império Romano do Ocidente observamos o início de um período desafiador para a Igreja Católica, no qual a adaptação a nova conjuntura seria de suma importância para a consolidação de seus objetivos. Esta instituição eclesiástica, que havia obtido sucesso ao efetuar suas pregações no âmbito urbano entre os segmentos médios e inferiores durante o império, via-se agora em uma nova situação. Com a emergência do campo seria necessário que a Igreja articulasse estratégias de evangelização para atingir as massas camponesas e a nova aristocracia que estava se formando com o assentamento e organização dos reinos germânicos².

Ruy de Oliveira Andrade Filho considera para este período, a existência de duas Hispânicas: na área meridional o modo de vida mediterrânico era predominante, em contrapartida, a região setentrional foi particularmente mais resistente à integração com as formas de vida romana³. Portanto, verificamos que as práticas pagãs vão estar mais enraizadas nas regiões periféricas da península, onde a paisagem rural era dominante. Será neste território que as crenças populares vão florescer e fixar raízes cada vez mais profundas. A manutenção dos cultos, ritos, superstições, etc deve-se, sobretudo ao conservadorismo da mentalidade camponesa somada às dificuldades da pregação do cristianismo na área rural.

Destacamos ainda que o problema do paganismo não estava restrito somente a região da Galiza, estando presente em várias localidades e entre todos os segmentos sociais:

Pouco tocado pela cultura urbana, o mundo rural da Península na Antiguidade Tardia permanecia alimentando-se dos velhos fundos de crenças ancestrais, cujas raízes

²ANDRADE FILHO, R.O. *Imagem e reflexo. Religiosidade e monarquia no reino visigodo de Toledo (Séculos VI e VII)*. São Paulo: Edusp, 2012, p.46.

³IDEM, *ibidem* p.39.

penetravam profundamente no passado. Mundo de permanências, de continuidades, de cultos as forças da natureza, em que a presença do sagrado era sentida nos bosques, montanhas, cursos d'água, nas fontes. Mundo em que as fronteiras entre o mito, magia e a religião são fluidas, fugidias, de festas e ritos tradicionais; mundo no qual mesmo um ato econômico, ainda quando estivesse baseado num conhecimento tecnológico arcaico, constituía-se, simultaneamente, num ato sagrado.⁴

Especificamente no território galego, cenário de nossa pesquisa, nota-se que os problemas enfrentados pela Igreja eram diversos, impossibilitando a reorganização e fortalecimento da instituição. Como aponta Leila Rodrigues da Silva: “Neste contexto, destacaram-se as dificuldades inerentes ao débil grau de cristianização da Galiza e à não manutenção do funcionamento regular das instâncias eclesiásticas”⁵.

A Igreja, desta forma, começa a criar estratégias para frear o avanço do paganismo, sendo a aliança com os monarcas um fator extremamente significativo neste processo, uma vez que estes apoiariam as ações evangelizadoras da Igreja tanto no âmbito moral, ao estarem professando a “verdadeira fé”, quanto no financeiro. A evangelização da população também seria benéfica aos governantes, visto que esta possibilitaria a coesão da religião, contribuindo para a unidade política tão almejada pelo Reino Suevo⁶. Neste processo destacamos a figura do bispo Martinho de Braga que é reconhecido por sua atuação na organização e fortalecimento da

⁴ANDRADE FILHO, R.O. Cultura e “Religião” no Reino de Toledo (Séculos VI-VIII). *Relações de Poder, Educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média, Estudos em homenagem ao professor Daniel Valle Ribeiro*, I CIEAM- VII CEAM. Santana de Parnaíba: Editora Solis, 2005, p.359-371.

⁵SILVA, Leila R. *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI. O modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p.208.

⁶Os suevos teriam penetrado na Península Hispânica no ano de 409, tendo sobrevivido do saque por um longo período, o que dificultou a fixação em um território. Relegados as zonas mais pobres do noroeste, com centro em Braga, expandiram seus territórios desde o oeste ao sul com seus primeiro monarcas – Hermerico, Réquila e Requiário. Entretanto, após um período de estabilidade e governança dos monarcas suevos na Hispânia setentrional o reino sofre o ataque de Leovigildo, soberano visigodo, que em 576, tenta unificar os territórios hispânicos sob o credo ariano. Assim o reino suevo cai em mãos visigodas. A partir de então, podemos considerar o fim do reino suevo com a anexação de seu último território ao reino visigodo em 585.

Igreja na Galiza. Seus esforços concentraram-se na instrumentalização do clero, combate a religiosidade popular⁷ e o estreitamento das relações com a monarquia sueva na busca pela unidade religiosa e política na região. Pretendemos analisar neste artigo o trabalho desempenhado pelo bispo nestes diversos segmentos e os resultados obtidos em suas ações.

A instrumentalização do clero e a religiosidade popular

Antes de nos atermos especificamente à atuação do bispo no que tange a instrumentalização do clero galego e o combate à religiosidade popular, destacaremos os motivos políticos que teriam impulsionado a vinda do eclesiástico à região.

A chegada de Martinho de Braga por volta de 550 na Galiza não deve ser entendida como um fato casual⁸. Martinho seria um missionário vinculado aos interesses bizantinos. Não podemos afirmar com certeza que a intenção do imperador Justiniano seria a de incorporar a Galiza e o restante da península ao Império, mas sabemos que finalizada a conquista do Norte da África em 548 e tendo como projeto retomar o controle do Mediterrâneo, Justiniano também intervém na Hispânia aproveitando-se de um pedido feito por Atanagildo⁹ que teria se sublevado contra seu antecessor, o rei Agila I¹⁰. Com o auxílio despendido nesta querela os bizantinos penetram na península por volta de 552 visando à conquista de territórios. O pedido de Atanagildo teria servido de pretexto para Justiniano adentrar à Hispânia, sendo este um projeto antigo do imperador.

Aproveitando-se da presença bizantina na península Justiniano não só conquista territórios, mas procura desenvolver a diplomacia com os reinos

⁷Segundo Oronzio Giordano a expressão “religiosidade popular carece de um significado unívoco, de um conteúdo preciso, e nem sempre é aceita e compartilhada pacificamente por todos os estudiosos. (...) A religiosidade humana, no sentido mais amplo da palavra, tem fontes profundas e variadas, que coincidem com a condição existencial do homem e implicam na questão do seu próprio destino.” - *Religiosidad popular en la Alta Edad Media*. Madrid: Editorial Gredos, 1983, páginas 10-11.

⁸DÍAZ, Pablo. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Ediciones Akal, 2011, p. 195.

⁹Atanagildo foi rei dos visigodos durante os anos de 554 e 567.

¹⁰TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. *Galicia Sueva*. La Coruña: Fundación “Pedro Barrie de La Maza Conde Fenosa”. Instituto “P. Sarmiento” de Estudios Gallegos, 1977, p. 206.

ali existentes visando determinados objetivos. O projeto de conversão dos suevos ao catolicismo seria uma forma segura de conseguir aliados para enfrentar os visigodos arianos, maiores adversários dos bizantinos em seu processo de conquista na península¹¹. Somado a este fato destacamos que a política do imperador sempre foi hostil ao arianismo, portanto seria necessário converter o Reino Suevo para que ele funcionasse de fato como seu aliado. A conversão dos suevos reforçaria suas diferenças com os visigodos arianos e contribuiria para aumentar o apoio católico a monarquia. A Igreja contaria com o respaldo dos monarcas para erradicar a presença ariana, priscilianista¹² e pagã, já para os reis suevos a unidade do credo entre seus súditos ampliaria significativamente as bases de seu poder.

A conversão do monarca suevo Ariamiro¹³ ao catolicismo teria sido obra da ação de Martinho de Braga. Para Casimiro Torres Rodriguez não temos como afirmar se Martinho teria obedecido de fato ordens do império para empreender a conversão, mas é muito provável que a mudança de credo de Ariamiro contou com o apoio bizantino em 559. Martinho teria servido como intermediário entre o imperador e o monarca suevo, mas apenas nas questões religiosas¹⁴. Como homem de Deus interessava ao missionário somente a paz, e qualquer tipo de rugas entre o império e os visigodos não era bem vista por ele:

Pero es del todo seguro que no dio un paso más en servir a la política y diplomacia terrenas; es más, que tal vez se opuso a un posible ataque y a una guerra entre suevos y visigodos; puesto que, como a hombre de Dios, le interesaba más la paz, que las combinaciones políticas inspiradas en

¹¹ IDEM, *ibidem*, p. 206.

¹²O Priscilianismo, movimento condenado e considerado herético pela Igreja, foi criado por Prisciliano de Ávila. Tem como idéia principal a crença de que Pai, Filho e Espírito Santo formariam uma única pessoa. Teorias como do autor Lopez Caneda (LOPEZ CANEDA, *Prisciliano y su problema histórico*. Salamanca, 1966, p.71) consideram a Galiza como a terra pátria de Prisciliano relacionando-a ainda com a origem deste movimento. Os ensinamentos de Prisciliano tornaram-se mais fortes principalmente após a morte deste, que foi considerado um mártir pela população. Mas ainda hoje é uma controvertida questão e discute-se sobre sua verdadeira ou não heterodoxia.

¹³Ariamiro teria governado o Reino Suevo entre os anos de 559 e 570. Antes de sua conversão ao catolicismo era adepto da crença ariana.

¹⁴TORRES RODRIGUEZ, *Op. cit.*, p. 214

ambiciones, para que se consolidase su obra de apostolado.¹⁵

A conversão de Ariamiro ocorreu sem que houvesse qualquer tipo de manifestação contrária por parte dos visigodos¹⁶. Estes estavam cientes que o rei suevo contava com o apoio do imperador Justiniano. Após a conversão o reinado de Ariamiro, agora Teodomiro¹⁷, foi de relativa tranquilidade, não sendo marcado por catástrofes, tal como pestes ou guerras. O fato mais relevante de seu reinado foi, sem dúvida, sua conversão e a convocação do Primeiro Concílio de Braga por volta de 561, assunto que retomaremos adiante.

Com relação à organização do clero na Galiza Martinho teria se estabelecido em Dume logo após sua chegada a região, e trabalhou na construção de um mosteiro financiado com recursos obtidos junto aos monarcas. Foi nomeado abade do mosteiro e tratou de transformar o mesmo em uma espécie de escola, onde a instrumentalização do clero seria feita através do aperfeiçoamento doutrinal e leitura e análise de obras latinas. Martinho não teria formulado uma regra monástica a ser seguida pelos clérigos no mosteiro, mas trabalhou na tradução de partes do manuscrito sobre a Vida dos Padres do Deserto que acabaria servindo de base aos ensinamentos necessários. Esta obra, originalmente em língua grega, teria sido trazida do Oriente pelo próprio Martinho. A Vida dos Padres do Deserto abordaria questões como a penitência, caridade, oração, pobreza, trabalho manual e outros tantos temas relacionados à doutrina e os ensinamentos dos abades egípcios. Este manuscrito teria se espalhado pelos demais mosteiros que integravam a Galiza o que garantiria uma homogeneidade de comportamento e doutrina entre os eclesiásticos da região. A Igreja, desta forma, possuía o monopólio do ensino e visava a uniformidade de

¹⁵IDEM, *ibidem*, p.215.

¹⁶IDEM, *ibidem*, p. 218.

¹⁷Neste trabalho aceitamos a concepção de Casimiro Torres Rodriguez (*Op. cit.*, p. 202), de que Ariamiro teria sido rebatizado após sua conversão, passando a se designar como Teodomiro. Em uma etimologia popular seu primeiro nome se relacionaria com Ario, fundador da seita ariana. Desta forma, seria mais apropriado substituir o primeiro elemento do nome do monarca para Teo, que em grego significaria Deus.

comportamento dos membros do clero. Com a morte do bispo Lucrécio, metropolitano de Braga, Martinho assume também esta nova função acumulando os cargos de abade e bispo¹⁸.

Além da interferência direta de Martinho de Braga na instrumentalização do clero nos mosteiros, pretendemos analisar de forma geral os principais assuntos discutidos no Primeiro e Segundo Concílios de Braga, realizados durante a segunda metade do século VI. A partir desta análise teremos a chance de verificar quais os principais desafios enfrentados pela Igreja na região e as medidas tomadas em conjunto pelos bispos participantes dos concílios, objetivando a organização e o fortalecimento do clero galego. Destacamos ainda que Martinho participou de ambas as reuniões, tendo presidido o Segundo Concílio de Braga em 572.

Primeiramente um fato de grande relevância merece ser notado a respeito dos dois concílios. A partir do fragmento que abre as atas destas reuniões verificamos que os monarcas suevos Teodomiro e Miro (570-583) convocaram os mesmos; fato que pode ser comprovado a partir de uma breve citação com o nome dos respectivos governantes nas atas iniciais do Primeiro e Segundo Concílios. Isto atesta que os mesmos convocaram estas reuniões, mas não fornece a certeza de que os monarcas teriam participado fisicamente. O uso de seus nomes foi utilizado para dar credibilidade e legitimidade às discussões que foram realizadas. A presença do monarca no concílio garantiria o cumprimento do que seria estabelecido:

Habiéndose congregado los obispos de la provincia de Galicia, es decir, Lucrecio, Andrés, Martín, Coto, Hilderico, Lucecio, Timoteo y Malioso en la iglesia metropolitana de Braga por mandato del susodicho gloriosísimo rey Ariamiro (...)¹⁹.

Habiéndose reunido en la iglesia metropolitana de Braga, por mandato del susodicho Rey, los obispos de la provincia

¹⁸Embora não tenhamos como precisar a data correta da elevação de Martinho a bispo de Braga, sabe-se que esta ocorreu a partir de 572 quando as atas do II Concílio de Braga o indicam como metropolitano desta sede.

¹⁹*Concilio I de Braga*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 01.

de Galicia, tanto los del distrito bracarense como los del distrito de Lugo (...) ²⁰

Ao analisarmos estas atas iniciais notamos que os reis em questão não só autorizam o concílio, mas também ordenam a feitura do mesmo. Portanto, eles teriam um ar cesaropapista, tal como Justiniano. Embora estas reuniões não tivessem como prioridade satisfazer os interesses régios elas nos demonstram que a Monarquia Sueva possuía uma relação próxima com a Igreja, podendo interferir nas mais diversas situações relativas à organização religiosa na Galiza.

Importante observarmos ainda a data de realização dos concílios. Sabemos que os mesmos aconteceram respectivamente nos anos de 561 e 572, portanto em um intervalo de onze anos tivemos a segunda edição com um maior número de participantes (oito bispos no primeiro concílio e doze no segundo). Isto nos mostra um fortalecimento da Igreja local empenhada em combater as diversas manifestações religiosas presentes na Galiza, tais como o priscilianismo e o paganismo, além de reforçar as regras de conduta do clero, o que garantiria uma homogeneidade no comportamento destes. Para Silva “o segmento episcopal institui regras e busca garantir o cumprimento do estabelecido, condição necessária a sua coesão, estabilidade e fortalecimento.” ²¹

Entre as regras estabelecidas pela Igreja nos concílios citados acima, destacamos a preocupação com o priscilianismo. No Primeiro Concílio de Braga dos vinte e dois cânones que integram as atas, dezessete referem-se ao priscilianismo, inclusive estipulando penas aos clérigos infratores que compactuarem com esta doutrina:

(...) cualquier clérigo o monje o incluso seglar que se descubriere que todavía cree o defiende algo semejante, como un miembro verdaderamente podrido sea cortado inmediatamente del corpo de la Iglesia Católica, evitando de este modo que su compañía inocule su malicia a los que creen rectamente, o que en lo sucesivo a causa de la

²⁰*Concilio II de Braga*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 01.

²¹SILVA, Leila R. *Limites da atuação e prerrogativas episcopais nas atas conciliares bracarense*. In: BASTOS, M.J; FORTES, C.C e SILVA, L.R (org.). Encontro regional da ABREM, RJ, 2007. p. 211.

convivência con estos tales se siga algún oprobio para los ortodoxos.²²

O restante das atas trata do modo comum como os bispos deveriam se cumprimentar, a maneira correta do uso da estola, as formas de conduzir uma missa e um batizado, comportamento em caso de mortes, etc. Interessante notarmos que apesar do Reino Suevo ter sido governado por monarcas arianos durante um longo período as preocupações com este credo não apareceram em nenhuma das atas do Primeiro Concílio de Braga. Podemos supor que talvez a Igreja, aproveitando-se da conversão de Ariamiro ao catolicismo, teria encerrado definitivamente as discussões acerca do problema da crença ariana no reino, sendo este um problema já superado.

Com relação ao Segundo Concílio de Braga, presidido pelo bispo Martinho, destacamos que as atas se compuseram de dez cânones sendo anexados a estes os *Capitula Martini*²³. Salientamos que a Igreja da Galiza neste período procurou demonstrar sua segurança com relação aos problemas da fé nesta região:

Y puesto que con el auxilio de la gracia de Cristo, no existe afortunadamente ningún problema en esta provincia en torno a la unidad de la fé (...).²⁴

Notamos que no intervalo entre os dois concílios os problemas relativos aos demais credos praticados na região aparentemente já não se configuravam como um empecilho para a Igreja. Este fato demonstra uma controvérsia: se não existiam problemas relativos à fé na Galiza deste período, qual a necessidade da realização de um concílio?

²²*Concilio II de Braga*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 01.

²³Os *Capitula Martini* são uma tradução, feita por Martinho de Braga, dos santos cânones do Oriente que originalmente estavam na língua grega e foram traduzidos para o latim pelo bispo. Essencialmente, os *Capitula Martini* focam na questão da instrução clerical, dando atenção ainda para as proibições do clero com relação à feitura de práticas mágicas ou a crença em qualquer forma de superstições.

²⁴*Concilio II de Braga*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990,02.

Em primeiro lugar, verificamos que as atas do Segundo Concílio abordaram a questão da homogeneidade de comportamento do clero, o que já demonstra ser um problema relativo à unidade da fé, pois notamos comportamentos discrepantes entre os membros que faziam parte do corpo da Igreja. Observamos que as preocupações discutidas nas atas demonstram serem praticamente as mesmas apontadas durante o primeiro concílio. O enfoque maior se deu na proibição de que os bispos não recebessem nenhum dinheiro por desempenharem suas funções como, por exemplo, nas cerimônias de crisma ou nos batizados.

Com relação aos *Capitula Martini*, texto voltado para a instrução clerical e que foi anexado as atas do Segundo Concílio de Braga, atentamos para o fato de que este traz diversas recomendações aos cristãos e clérigos em geral a fim de evitar a feitura das práticas pagãs em seu cotidiano. Como exemplo podemos apontar a proibição aos clérigos de realizar encantamentos ou ligaduras, celebrar missa diante de túmulos ou levar alimentos aos falecidos, celebrar as festas das calendas, recorrer a ervas medicinais, observar o curso da lua ou das estrelas, etc.

A evangelização das populações galegas por Martinho de Braga era vista como essencial, já que estas pessoas representariam fiéis em potencial que iriam aderir ao projeto de unidade católica ao professarem a nova fé. Seu esforço pela evangelização renderá uma obra extremamente conhecida escrita pelo bispo e intitulada “*De correctione rusticorum*” (Da correção dos rústicos). Este sermão foi escrito por volta do ano de 572 a pedido de Polêmio, bispo de Astorga, que teria solicitado a Martinho instruções sobre a correção dos “rústicos”. A intenção do bispo de Braga era fazer uma obra pastoral que instruisse o clero com todas as proibições e obrigações necessárias a um bom católico. Os ensinamentos presentes na obra seriam repassados por este clero ao restante da população.

No sermão torna-se evidente que a intenção de Martinho não era destruir as formas de religiosidade praticada pelos galegos, pois, muitos membros do ordo clericorum também a praticavam, porém ele alerta que essas crenças são mal orientadas, devendo substituir o culto aos falsos

deuses da natureza pela verdadeira simbologia cristã, como as cruzes, os santos e as orações, por exemplo.

O objetivo de Martinho era frisar que as práticas pagãs estavam sob o patronato do mal, portanto a religiosidade popular nunca seria capaz de proporcionar aos seus adeptos a salvação eterna pregada pela Igreja, sendo esta a única que possuiria o verdadeiro credo. Para o bispo de Braga as antigas divindades romanas e célticas seriam demônios que agora habitavam os mais diversos elementos presentes na natureza. Vejamos uma passagem do sermão no qual Martinho expõe este pensamento:

Los demonios se apropiaron sus nombres, como nombres de dioses a fin de honrarles como a tales, ofrecerles sacrificios, e imitar sus acciones, cuyos nombres invocaban. Los demonios les persuadieron también a que les edificasen templos, y a que colocasen en ellos imágenes o estatuas de hombres facinerosos, y les levantasen altares en los cuales no solo derramasen sangre de animales sino también de hombres. Además de todas estas cosas, muchos de estos demonios, que fueron expulsados del cielo, presiden o en el mar, o en los rios, o en las fuentes, o en los bosques, a los cuales los hombres igualmente ignorantes que no conocen a Dios, los honran como a Dios y les ofrecen sacrificios. En el mar lo llaman Neptuno, en los rios, las Lârnias; en las fuentes, Ninfas; en los bosques, Dianas, todas estas cosas no son más que demônios malignos y espíritus malos que pervierten a los hombres infieles que no saben protegerse con el signo de la cruz.²⁵

Nos espaços rurais, principalmente, o sagrado estava presente em todos os lugares: nas pedras, árvores, fontes, nas fases da lua, manifestando-se através de hierofanias provocadas pelo próprio homem em uma comunicação com os céus ou com os objetos sagrados. Isso garantia a manutenção da religiosidade e de seus elementos como forças verdadeiras e de extrema validade presentes no cosmos sagrado do homem medieval²⁶. Portanto, estando estreitamente vinculados e dependendo do meio natural

²⁵MARTIN DE BRAGA. *De correctione rusticorum*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 08.

²⁶ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp.15-48.

para sobreviverem, através da terra, os galegos direcionavam suas práticas religiosas pedindo para suas colheitas serem fartas e evitar que fossem destruídas pela força dos temporais ou pelas pragas. Vivendo no campo as pessoas vão passar a dedicar sua vida aquilo que faz parte de seu meio; temem o que possa afligir a eles e as suas famílias. Desta forma, dedicam seus cultos como uma forma de evitar qualquer empecilho que dificulte seu dia-a-dia. O desejo do camponês era o de ter o mínimo controle sobre a natureza. Martinho de Braga frisa que a preocupação dos galegos deve ser com a salvação de suas almas e não com as dificuldades do mundo. Assim, observamos que uma das maneiras utilizadas pelo bispo para afastar estas pessoas de sua religiosidade, era fazê-los pensar em sua salvação e não em seus problemas diários. Ao final do sermão, Martinho alerta os galegos pela última vez:

Pertenece ahora a vosotros el pensar y el procurar cómo cada uno de nosotros presente con intereses lo que recibí cuando venga el Señor el día del juicio. Rogamos, por tanto, a la clemencia del mismo Señor que os guarde a vosotros de todo mal, y os haga dignos compañeros de sus santos ángeles en su reino, concediéndonoslo él mismo que vive y reina por los siglos de los siglos. Amén.²⁷

O problema do paganismo não era exclusivo nem da época e nem restrito somente a região da Galiza, como já mencionamos. A religiosidade estava permeada em todos os estratos sociais e impregnada no cotidiano daquelas populações há vários séculos. Percebemos o quão difícil seria evangelizar estes povos para que enfim “aceitassem” o catolicismo como a verdadeira e única religião. Esta questão está ligada ao forte enraizamento da religiosidade popular, cultivada durante séculos e que correspondia perfeitamente às necessidades dos seus praticantes, muitos deles ligados a um ambiente rural. Logicamente, uma religião nova, com preceitos distantes da realidade a qual viviam as populações em questão, não seria adotada com facilidade. A ideia de que Deus era o único responsável em gerir e garantir que tudo funcionasse no cotidiano dos galegos talvez gerasse

²⁷MARTIN DE BRAGA. *De correctione rusticorum*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 19.

desconfiança, já que seriam muitas tarefas para que um único Deus atendesse a todos.

Segundo Oronzo Giordano o homem medieval “aceita” e vive o catolicismo, mas “considera válida e busca a proteção dos santos e dos anjos com a mesma confiança com aquela que crê nas antigas divindades familiares, que no pensamento dos demais, somente mudaram de nome”²⁸. Desta maneira, como esclarece Mikhail Bakhtin, os signos criados pela Igreja

não existem apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e retrata outra. Ele pode distorcer esta realidade, ser-lhe fiel, ou apreende-la de um ponto de vista específico, etc.. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc). O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico²⁹.

Veremos, assim, que a Igreja passa a criar uma série de símbolos, santos e cultos baseados na religiosidade popular visando facilitar a assimilação com a nova religião.

Após estas reflexões constatamos que o processo de organização da Igreja constituiu-se como uma tarefa árdua. O problema da religiosidade popular ainda se arrastará por séculos na Galiza e não será efetivamente erradicado. No entanto, o próprio relaxamento do clero, nas mais diversas situações, como exposto acima, nos indica a falta de preparo da Igreja para a tarefa da evangelização. Para que a unidade religiosa fosse alcançada um respaldo político era necessário, mas não suficiente para a concretização deste objetivo. Seria necessária uma reforma dentro da própria Igreja como atestaram as discussões presentes nas atas conciliares.

²⁸GIORDANO, Oronzo. *op cit*, p. 97.

²⁹BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na ciência da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1986, p. 32.

As relações entre Igreja e Monarquia Sueva: o modelo de monarca

Durante o governo do monarca Teodomiro, as relações entre Igreja e Monarquia se tornarão mais próximas quando ocorre a conversão deste monarca ao catolicismo por obra do bispo Martinho e conseqüentemente sua participação no Primeiro Concílio de Braga, como já abordamos. Miro, filho de Teodomiro, consumará a aliança entre Monarquia e Igreja alterando os rumos até então tomados pelos governantes acerca do processo de unidade política na região.

Ao longo da segunda metade do século VI, os suevos decidem empreender um novo rumo ao seu projeto de unificação. O problema religioso também passou a ser uma questão que interessava aos governantes, visto que a cristianização possibilitaria aliados no campo militar e proporcionaria uma maior assimilação do Reino Suevo com a população galega. No entanto, para que o reino estivesse em conformidade com os preceitos cristãos a evangelização das populações não seria o único elemento que garantiria a consolidação da unidade política. Era preciso que a monarquia compactuasse com a doutrina cristã. Portanto, enfocaremos a relação de proximidade que se estabeleceu entre as esferas política e eclesiástica no período, atingindo seu ápice durante o governo de Miro, quando Martinho de Braga dedica-se a escrita de várias obras visando orientar e aconselhar tal monarca nos princípios cristãos. Segundo a tese defendida pela historiadora Leila Rodrigues da Silva, este conjunto de escritos produzidos pelo bispo de Braga e direcionados a Miro, constituíram-se como um modelo de monarca cristão que deveria ser seguido pelo rei suevo. Procuraremos abordar, de forma sucinta, os principais aspectos de cada uma das obras do corpus martiniano e analisaremos ainda a maneira pela qual a relação estabelecida entre Martinho e o monarca suevo em questão foi de suma importância para a concretização dos objetivos de cada uma dessas instituições.

Primeiramente devemos nos aprofundar nos motivos que teriam levado Martinho de Braga a escrever este conjunto de obras e qual a intenção da Igreja em moldar os governantes do Reino Suevo.

Durante o século V a imagem do rei suevo era a de um líder guerreiro, capaz de garantir a segurança e a prosperidade do reino. Ele conduziria as batalhas, negociaria quando fosse preciso e por fim conquistaria e defenderia seus territórios. Assim sendo, na história do Reino Suevo os critérios para legitimação do governante sempre foram baseados na valorização do elemento militar e na hereditariedade, critérios estes que não se mostravam suficientes para a Igreja. Para esta instituição religiosa a efetivação da unidade política do monarca deveria estar em conformidade com o cristianismo. Portanto, era necessário que este se tornasse um rei idealizado, isento de vícios e repleto de virtudes. A atuação da Igreja Católica no Reino Suevo vai buscar fortalecer a ideia de que a monarquia seria uma incumbência oferecida por Deus ao soberano; assim a Igreja tentaria relacionar as esferas celestiais com o governo terrestre no qual todos os males provinham do desprezo aos preceitos divinos³⁰. Martinho de Braga dedicou-se a escrita de várias obras visando indicar a Miro, governante germano, um modelo de monarca ideal segundo os critérios do cristianismo. Silva analisa os objetivos de Martinho com a escrita das obras que compunham o modelo de monarca:

(...) Martinho ressaltou também a ideia de que cabia ao monarca um comportamento capaz de suscitar o respeito e a admiração de todos aqueles que o cercavam. Estas pessoas deveriam, pois, reconhecê-lo como uma referência de conduta. Dessa forma, buscava-se não apenas a preparação de um governante de valores com o modelo apresentado, mas também a introdução de valores para o homem comum, cujo exemplo a ser seguido contribuiria para a cristianização.³¹

Destacamos ainda, que as contribuições do bispo com a escrita destas obras foram de suma importância ao possibilitarem o crescimento do espaço

³⁰ ANDRADE FILHO, Op. cit., *Imagem e reflexo*, p.134.

³¹ SILVA, Op. cit., *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*, p.102.

de atuação da Igreja na Galiza à medida que os eclesiásticos acumularam também a função de conselheiros do monarca:

(...) a ação eclesiástica pode se manifestar na constituição de mecanismos de influencia junto às autoridades políticas. Ao longo do processo de reorganização e fortalecimento da Igreja na região, tais mecanismos puderam ser desenvolvidos e aperfeiçoados. Dessa forma, os religiosos passaram a desfrutar de um espaço de atuação crescente favorecido pela possibilidade de orientação espiritual, participação na formação intelectual e aconselhamento pessoal das autoridades políticas do reino.³²

Dentro do corpus Martiniano ressaltamos que as obras dedicadas visando um modelo de monarca são: *Fórmula de Vida Honesta*, *Exortação à humildade*, *Para repelir a jactancia* e *Sobre a soberba*. O modelo de monarca, proposto pelo bispo de Braga não se encontrava, portanto, em apenas uma obra. Martinho dedicou-se a discorrer uma série de escritos tendo como objetivos principais expor a ideia de um rei como homem cristão integral, cujo exemplo de vida deveria ser seguido pelo restante da população, além de uma concepção moral de monarquia.

Na maioria de seus escritos o bispo dedicava às linhas iniciais para referir-se a pessoa a quem a obra estava sendo dirigida. Com relação à *Fórmula de Vida Honesta* notamos que esta foi escrita a partir de um pedido do próprio rei Miro a Martinho de Braga:

No ignoro, Rey clementísimo, que la ardentísima sed de tu espíritu procura permanecer insaciablemente en las copas de la sabiduría, y que andas ansiosamente en busca de las fuentes de donde manan las aguas de la ciencia moral. Y por eso, **muchas vezes estimulas a mi pequeñez con tus cartas a que escribiendo con frecuencia alguna** carta a tu alteza, te dirija algunas palabras bien sean de consuelo o de exhortación.³³

A partir do fragmento acima observamos que o fato de Miro ter pedido instruções a Martinho de Braga nos indica que ambos mantinham uma relação próxima e que pode ser comprovada pela troca de correspondências que se efetuava entre os dois com certa frequência (grifo

³²SILVA, Leila R. *Prudência, justiça e humildade: elementos marcantes no modelo de monarca presente nas obras dedicadas ao rei suevo*. In: Revista de História FFLCH-USP, 1997, p.10.

³³MARTIN DE BRAGA. *Formula Vitae Honestae*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 01.

acima). Poderíamos supor ainda que entre o metropolitano e o monarca Miro haveria uma relação que não se restringia somente ao âmbito formal. Para Leila Rodrigues da Silva a elaboração de quatro obras por Martinho de Braga dirigidas ao monarca Miro seriam evidências plausíveis de que entre os dois haveria um vínculo de amizade³⁴. Silva ainda reforça sua teoria a partir de um fragmento presente na *Fórmula de Vida Honesta* no qual, segundo a autora, Martinho de Braga tece um elogio simples a Miro, mas que demonstraria a cumplicidade entre o tutor e seu pupilo³⁵: “No he escrito este libro de modo particular para tu instrucción, siendo natural en ti la sagacidad de la sabiduría (...)”³⁶.

Em *Fórmula de Vida Honesta* quatro características principais são elencadas por Martinho e que deveriam ser seguidas pelo rei suevo. Destacamos: a prudência, a magnanimidade, a continência e a justiça. Estas seriam as quatro virtudes primordiais que garantiriam a honradez e os bons costumes do rei.

Com relação à prudência, o bispo de Braga aconselha o monarca a ser prudente em suas decisões. Em caso de dúvida o rei não deveria apressar-se para emitir um parecer sobre determinado assunto. O governante teria que refletir sobre suas possibilidades e chegar as suas próprias resoluções, pautando-se sempre na razão e não na dúvida. Seria necessário refletir sobre o passado para tomar as decisões corretas no presente (evitando cometer erros anteriores), que por sua vez influenciariam o futuro do reino. Um monarca prudente é aquele que se antecipa aos acontecimentos porque os prevê e os pressente, portanto nunca seria surpreendido por qualquer fato. Todas as consequências já teriam sido pensadas por no momento da tomada de decisões. O governante deveria ainda ter precaução ao emitir suas opiniões a alguém ou sobre algo e duvidar dos elogios. O bispo aponta ainda para o efeito negativo que o excesso de prudência poderia ocasionar:

³⁴SILVA, *Op. cit.*, *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*, p.98

³⁵IDEM, *ibidem*, p. 98.

³⁶MARTIN DE BRAGA. *Formula Vitae Honestae*. In: *Obras completas*. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 04.

um rei extremamente prudente tornar-se-ia sempre desconfiado e violento, estando disposto a acusar qualquer pessoa baseando-se em argumentos fracos.

No que se refere à magnanimidade o bispo ressalta a coragem e a clemência como necessárias a um bom governante. Miro, não deveria guiar-se somente pelos seus impulsos guerreiros; a coragem deveria ser prezada, mas a astúcia em excesso deveria ser evitada. Em situações difíceis o monarca deveria optar pelo perdão ao invés da vingança, mantendo assim a serenidade e uma conduta honrosa³⁷: “Ten entendido que el perdonar es un honroso y excelente modo de vengarse.”³⁸

O conceito de continência (também denominado de temperança por Martinho) é a virtude que o bispo discorre com mais amplitude. Para ele a continência tem uma função que regularia a vida pessoal e social do monarca. Com relação à primeira Martinho frisa que o governante deve evitar aquilo que for supérfluo e moderar seus desejos, desta forma ele bastaria a si mesmo. Procurando guiar o monarca em aspectos simples do seu cotidiano o bispo indica qual tipo de comportamento ele deve sustentar para atingir a continência. Com relação a alimentação, por exemplo, o conselho dado pelo bispo é que o monarca sente-se a mesa apenas para saciar sua fome, não para seu deleite. Desse modo haveria um esforço por parte do rei para afastar tudo aquilo que lhe proporcionasse prazer: “Pon freno y límite a tu concupiscencia y rechaza todos los halagos que arrastan consigo placer oculto. Come sin llegar a la indigestión, bebe sin embriagarte.”³⁹

A continência regulando a vida social do monarca sugere, tal como a magnanimidade, uma conduta serena, na qual os impulsos deveriam ser evitados para que a moderação se fizesse presente durante o governo. Além disso, Martinho frisa que o rei deve ter cautela com os falsos elogios

³⁷ SILVA, *Op. cit.*, *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*, p.111.

³⁸ MARTIN DE BRAGA. *Formula Vitae Honestae*. In: *Obras completas*. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 03.

³⁹ MARTIN DE BRAGA. *Formula Vitae Honestae*. In: *Obras completas*. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 02.

recebidos, não permitindo que estes influenciassem nas decisões de seu governo. Há também uma preocupação em elencar alguns cuidados que o monarca deveria ter no seu convívio social, tais como: não ser falso e fingir atitudes que não seriam próprias do seu ser somente para agradar os demais, discrição em suas atitudes e vida pessoal, moderação na linguagem empregada, compreensão nas mais diversas situações, dentre outros. Novamente Martinho procura aconselhar o monarca até mesmo nos aspectos mais simples que compunham o cotidiano deste.

No que se refere à justiça a concepção do bispo de Braga a vincularia ao divino, sendo o rei um instrumento da vontade de Deus procurando ser justo com a população do reino e punindo, quando necessário, aqueles que prejudicassem a harmonia política e social. Martinho questiona o que seria a justiça e chega à conclusão de que ela é uma convenção social que tem como objetivo garantir a ajuda mútua entre os homens, no qual os direitos de cada um seriam respeitados. Ela não seria ainda uma instituição criada pelos mortais, mas uma lei divina estando acima até mesmo do rei. Para que o governante fosse capaz de exercer a justiça primeiramente ele deveria amar a Deus, assim estaria capacitado a ajudar a todos procurando não prejudicar ninguém:

Todos aquellos, por consiguiente, que deseáis practicarla, ante todo temed a Dios y amadlo, para que seáis amados por Dios. Serás amable a Dios si lo imitas en querer favorecer a todos y no perjudicar a ninguno. Entonces todos te llamarán varón justo, te seguirán venerarán y amarán.⁴⁰

No caso da justiça, aplicada aos galegos que não partilhavam do cristianismo, o monarca foi considerado um instrumento de autoridade pelo bispo de Braga:

No caso do Reino Suevo, sabemos que a religiosidade das populações visadas pelo processo de cristianização abarcava, sobretudo entre os habitantes do meio rural, práticas priscilianistas e pagãs. Assim, ao sublinhar a validade da justiça cristã para os que não compartilhavam da

⁴⁰MARTIN DE BRAGA. *Formula Vitae Honestae*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 02.

fé católica, Martinho conferia a Miro um instrumento de ação junto a todos os habitantes do reino, indiscriminadamente. Em outras palavras, oferecia-se ao monarca suevo, desde que estivesse pautado no conjunto de orientações presente nas obras a ele dirigidas, um importante instrumento ideológico de reforço a legitimação de sua autoridade.⁴¹

Ao contar com o apoio da monarquia a Igreja poderia impor pela força aquilo que não teria sido difundido pela palavra. A religião cristã apareceria como elemento de coesão do corpo social em uma época na qual se tentava amenizar os efeitos da presença do sagrado que eram constantes na mentalidade do período⁴².

Assim como as virtudes anteriormente abordadas são de extrema importância para a modelagem do monarca suevo, destacamos ainda a humildade presente na *Exortação à humildade*. Esta obra, de cunho essencialmente cristão, é a que mais se destaca dentro do corpus martiniano ao exaltar os preceitos cristãos como essenciais para a constituição de um monarca ideal; conseqüentemente o governante somente alcançaria o modelo proposto por Martinho se suas atitudes estivessem inseridas em um ambiente marcado pela religião.

Cristo seria o exemplo de comportamento e virtudes que deveria inspirar o monarca em seu cotidiano e governo. Vejamos uma passagem de *Exortação à humildade* na qual Martinho expõe este pensamento: “[...] el Señor de los que mandan nos dio el mayor ejemplo de humildad en medio de las humanas alabanzas.”⁴³

Um monarca humilde deveria se subordinar a Deus. Sendo instrumento de sua vontade o governante deveria obedecer aos mandamentos e influenciar seus súditos com seu bom modelo de comportamento. Para alcançar a humildade plena o monarca prezaria ainda pela verdade vista como essencial para a harmonia do reino.

O governante teria ainda que considerar que todos os resultados obtidos no reino seriam frutos da ação divina e que seu poder inclusive lhe

⁴¹SILVA, *Op. cit.*, *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*, p. 119.

⁴²ANDRADE FILHO, *Op. cit.*, *Imagem e reflexo*, p.194.

⁴³MARTIN DE BRAGA. *Exhortatio humilitatis*. In: *Obras completas*. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 03.

havia sido dado por Deus, portanto, qualquer tipo de elogio ou agradecimento dedicado ao rei suevo deveria ser reconhecido como obra divina: “Por tanto, la sola humildad de corazón que se declara débil es la que todo lo puede y la que todo lo obtiene de Dios, atribuyéndoselo siempre a Dios y no a si próprio(...)”⁴⁴.

De maneira geral os princípios que norteiam a *Exortação à humildade* referem-se a um comportamento cristão que deveria ser cultivado pelo monarca tendo como eixos principais a subordinação ao poder de Deus e atribuição a potência divina de todos os feitos gloriosos de seu governo. Assim, o monarca humilde deveria sobretudo agradecer a Deus e buscar valorizar sempre a verdade, sendo honesto com seus súditos.

No que se refere às obras *Para repelir a jactancia* e *Sobre a soberba* atentamos para o fato de que estas não caracterizam as virtudes necessárias ao bom monarca, mas sim os vícios que deveriam ser evitados por este e que se opunham as virtudes cristãs, inviabilizando assim o alcance pleno do perfil de monarca elaborado por Martinho. Assim como em *Exortação à humildade* Martinho enfatiza nestas duas obras que a subordinação a Deus e o reconhecimento do poder Deste seriam de suma importância para que o modelo de monarca fosse alcançado com pleno sucesso. Um monarca soberbo e jactante não estaria valorizando a potência divina e, repleto de orgulho e vaidade, consideraria que todos os feitos gloriosos de seu governo eram advindos somente do seu sucesso como governante. Martinho ressalta: “Los reyes sueñan con poder lo que Dios puede. Y de este modo, buscando ser más de lo que son, roban hostilmente la gloria de la alabanza que en realidad tan solo se le debe a Dios.”⁴⁵

⁴⁴MARTIN DE BRAGA. *Exhortatio humilitatis*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 07.

⁴⁵MARTIN DE BRAGA. *Pro repellenda iactantia*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 02.

Para estes, que se apropriam das glórias divinas, Martinho expressa sua opinião: “Sin embargo, a estos que usurpan lo supremo, a mi modo de ver, no les queda otra cosa más que el infierno.”⁴⁶

O bispo deixa claro que a cura da jactância é difícil. Nas palavras do religioso este vício não permite que o homem conheça a si próprio já que costumeiramente ele atribui a si as glórias que não lhe pertencem:

Todos procuran extender su fama a todas las partes, y por eso es difícilísima la curación de esta jactância, por cuanto ella se introduce no solo en los vicios, sino también en las virtudes. Ni tampoco permite que el hombre conozca a si mismo tal y como es, porque como ella se evanece con las alabanzas ajenas, a ese envanecimiento le sigue la exultación, y la exultación el orgullo y el demasiado aprecio de si mismo; presume tener en si más de lo que ve.⁴⁷

O bispo de Braga também faz menção ao caráter guerreiro típico dos suevos. Sendo a atividade bélica tradicional entre este povo Martinho tratou de fazer suas ressalvas quanto ao excesso de importância dadas a esta, assim como a impetuosidade de seus líderes que muitas vezes atribuíam suas vitórias a si próprios, quando deveriam reconhecê-las como fruto da ação divina:

Finalmente, el mismo soldado, cuando una vez que ha tomado las armas y se va a la batalla, desconociendo para quien se va a inclinar la victoria, con una presuntuosa arrogância de sua valentia, va tan ufano como se fuese ya vencedor.⁴⁸

As guerras sempre marcaram a história do povo suevo bem como o perfil dos monarcas, que eram reconhecidos por suas gloriosas conquistas. Desta forma, o fato de Martinho ter se dedicado a discorrer brevemente sobre a belicosidade nesta obra pode ser justificada como uma preocupação do metropolitano diante da possibilidade de Miro desenvolver uma conduta marcada pela jactância ao atribuir as glórias até então obtidas pelos suevos

⁴⁶MARTIN DE BRAGA. *Pro repellenda iactantia*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 03.

⁴⁷MARTIN DE BRAGA. *Pro repellenda iactantia*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 03.

⁴⁸MARTIN DE BRAGA. *Pro repellenda iactantia*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 05.

aos seus antepassados e a ele próprio⁴⁹. Novamente frisamos aqui que os critérios de valorização militar e hereditariedade, que estavam presentes na monarquia sueva desde seus primórdios, não eram considerados como suficientes para integrar o perfil de um monarca cristão; estas características estariam em conformidade somente com um monarca germano. No trecho acima notamos que o bispo trata do assunto com certa carga de negatividade. Talvez seu objetivo fosse depreciar o passado de conquistas dos suevos que deveria ser esquecido para que uma nova conduta no reino fosse desenvolvida.

Na obra *Sobre a soberba*, Martinho frisa principalmente os prejuízos que o monarca teria caso se desviasse de sua conduta e dos preceitos cristãos. Segundo ele, Deus abandonaria o monarca e seu reino deixando-os perecer no pecado. O metropolitano chega a caracterizar a soberba como um tumor, ressaltando que este sentimento faz com que os homens desejem ser Deus: “Este tumor de la soberbia, por el contrario, se dirige propriamente contra Dios, y por eso lo considera como enemigo, puesto que dirigiéndose contra o alto, el hombre siempre desea lo que es propio de Dios.”⁵⁰

Ao longo do texto encontramos menções a episódios bíblicos. O caso de Lúcifer e Adão e Eva pode ser visto como estratégia utilizada pelo bispo para dar credibilidade as suas palavras, já que estaria se apoiando em escritos sagrados, que ao seu modo de ver, seriam inquestionáveis. Os casos citados servem para ilustrar e demonstrar ao monarca o que aconteceria e o que ele poderia perder se reproduzisse a mesma conduta soberba que as personagens que se julgaram semelhantes a Deus:

He aqui la muerte dada en la astucia engañosa de aquel primer veneno, que disfrazado con la miel amarguísima de la vana jactância, engañó el angel y al hombre. Por esto precisamente cayó la criatura celestial y la terrena. Por esto fueron expulsados de sus tronos: aquél del cielo y este del

⁴⁹SILVA, *Op. cit.*, *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*, p. 130.

⁵⁰MARTIN DE BRAGA. *De superbia*. In: *Obras completas*. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 07.

paraíso, y no pudieron permanecer en pie, porque cayeron gravemente.⁵¹

Notamos no trecho que as personagens perderam o lugar oferecido a elas por Deus (céu e paraíso) e foram castigadas. No caso de Miro, este poderia perder seu trono, pois só teria se tornado rei e alcançado bons frutos no seu governo pela intercessão de Deus. Novamente o bispo alerta o governante para as vantagens de se posicionar de acordo com os preceitos divinos. Tais alertas estão presentes em todo o texto e dialogam com as ressalvas feitas por Martinho de que a soberba ataca a todos, principalmente aqueles que possuem altos cargos, abundancia material e perfeição das virtudes, fazendo uma referencia clara ao governante.

Ao final da obra Martinho nos deixa claro que é dever do monarca eliminar quaisquer outras formas religiosas existentes na região. O metropolitano associa as heresias, seitas e cismas a vanglória e a soberba, sendo todos estes vícios que deveriam ser extirpados do reino através do monarca ideal:

En efecto, la vanagloria genera de suyo la presunción de todas las novedades, las imaginaciones de los falsos dogmas, los embrollos de las cuestiones, las disputas, las herejías, las sectas, los cismas. La soberbia, a su vez, engendra la indignación, la envidia, el desprecio, el denigrar, la murmuración y lo es más detestable aún, la blasfemia. **Si alguien desea extirpar de verdad las causas de estos males, arranque de sí, antes de nada, los orígenes y las raíces de las mismas.**⁵²

Analisando o último período do fragmento acima (em destaque) observamos que Martinho deixa claro que seria fundamental ao monarca eliminar estes males pela raiz, seja internamente (crença do próprio monarca) ou externamente (religiosidade do Reino Suevo), pois somente desta maneira ele conseguiria livrar-se da vanglória e soberba, vícios tão danosos para um governo.

⁵¹MARTIN DE BRAGA. *De superbia*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 05.

⁵²MARTIN DE BRAGA. *De superbia*. In: Obras completas. Edición castellana de Ursicino Dominguez del Val. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990, 10 (grifo nosso).

O corpus Martiniano dirigido ao monarca abarca comentários de Martinho acerca das virtudes e os vícios que deveriam ser cultivados ou evitados pelo governante. Desta forma, seus escritos e sua atuação perante Miro não se resumiam apenas a caracterização dos elementos essenciais ao rei, mas auxiliavam, através de conselhos como conservar esta postura, evitando os perigos ou pessoas mal intencionadas que poderiam prejudicar o futuro do reino. Para Martinho seria essencial resolver as questões por via diplomática antes de deflagrar uma guerra, como demonstra Casimiro Torres Rodriguez: “Cuando Leovigildo ataca Galicia en el 576, el Rey de los suevos Mirón, por consejo de San Martín con toda seguridad, no responde a la guerra con la guerra, sino que trata de resolver el conflicto por medios diplomáticos.”⁵³

A partir da breve explanação sobre as características de cada obra, podemos compreender que o monarca na verdade possuía uma espécie de missão. Sendo um instrumento de Deus, que o guiaria nas suas decisões, o sucesso de seu governo estaria associado ao bem estar geral da população, contribuindo assim, para um ambiente favorável a aceitação da monarquia e da religião cristã pelos súditos, mesmo que estes partilhassem de formas de religiosidades distintas.

Considerações finais

A relação que se estabeleceu entre Igreja e Monarquia foi fruto de um processo lento e gradativo, no qual a Igreja compreende que para reconquistar seu espaço como religião predominante após a queda do Império não bastava fazer uma reforma dentro de sua própria instituição; era necessário legitimar suas ações junto aos governantes, obtendo apoio e o prestígio necessário junto aos mesmos ao professar a “verdadeira e única fé”. Portanto, para a consolidação da unidade religiosa seria necessário um

⁵³ TORRES RODRIGUEZ, *Op. cit.*, p. 217.

esforço no sentido de também organizarem não só os vários âmbitos da Igreja que se encontravam desgastados, mas também seria preciso organizar a instituição política, para que esta possuísse características que estivessem em conformidade com a doutrina pregada pela Igreja. Os critérios necessários para a sucessão do Reino Suevo como a hereditariedade e a valorização militar não se mostraram suficientes para que a monarquia fosse legitimada perante a concepção da Igreja; era necessário moldar o “monarca bárbaro” segundo os princípios cristãos⁵⁴.

Para a Monarquia Sueva a aliança com a Igreja foi extremamente benéfica. Afinal, através das conversões os monarcas puderam, pouco a pouco, penetrar entre a população cristã galega obtendo seu apoio. Assim, de forma gradativa, observamos uma maior intervenção da Igreja dentro da esfera política, processo que se acentuará durante o reinado de Miro. A conversão significava legitimar as ações tomadas pelo governante no poder, sendo estas inquestionáveis, pois ele era considerado um instrumento do Senhor. O rei seria um exemplo a ser seguido pelas populações, assim como Deus deveria ser o exemplo de conduta a ser seguido pelo monarca.

Quanto aos desafios enfrentados pela Igreja concluímos que a religiosidade popular foi o mais difícil a ser superado, constituindo-se como o grande empecilho para a efetivação da unidade religiosa. Não somente na Galiza, mas em outras localidades da Europa no período verificamos que a religiosidade pode ser definida como um “problema” permanente na sociedade, e que ainda se arrastaria por toda a Idade Média. O trabalho de cristianização deveria ser feito de forma paciente, onde as crenças pagãs fossem sendo eliminadas ou substituídas pouco a pouco para que o projeto de aderência de novos cristãos se fizesse de forma tranquila e sem traumas que pudessem gerar revoltas. A evangelização das populações pode ser observada como uma das etapas do processo de reorganização da Igreja, que contou ainda com a feitura de dois concílios no período que compreende esta pesquisa.

⁵⁴ SILVA, *Op. cit.*, *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*, p.142.

Por fim, ressaltamos a intensa ação de Martinho de Braga no processo de reorganização da Igreja na Galiza. Como pudemos perceber, sua atuação se deu sobretudo no âmbito da evangelização e da criação de um modelo de monarca cristão. Graças ao gradativo processo de aproximação entre Igreja e Monarquia, Martinho pôde realizar suas ações sem grandes empecilhos, pois o terreno estava propício para que a receptividade de suas obras e de suas ações se fizesse de maneira mais fácil. O clero, no período do bispado de Martinho, assistiu o crescimento do seu espaço de atuação na Galiza à medida que os eclesiásticos acumularam também a função de conselheiros do monarca. Observamos, desta forma, a efetivação da unidade política do Reino Suevo através da figura do monarca Miro. Com relação à Igreja, concluímos que a sua reorganização desenvolveu-se plenamente auxiliada pela monarquia e contou com várias frentes de ação. No entanto, o processo seria lento e a presença do paganismo entre as populações continuaria a comprometer a busca pela plena unidade religiosa.

Recebido em 06/08/2014
Aprovado em 01/09/2014